

Discurso apresentado pelo secretário adjunto da ABACC Dr. Odilon Marcuzzo do Canto na TNP Review Conference
2010

Senhor Presidente, receba nossos cumprimentos pela sua designação para conduzir esta Conferência e nossos desejos de sucesso neste mandato.

Senhor Presidente, distinguidos delegados, representantes das organizações convidadas, senhoras e senhores,

Brasil e Argentina estão orgulhosos de suas histórias, construídas na base do entendimento comum, em que o consenso esteve muito mais presente que disputas pontuais.

Um exemplo marcante é o relacionamento obtido pelos dois países no setor nuclear, após a assinatura em julho de 1991, do Acordo para o Uso Exclusivo da Energia Nuclear para Fins Pacíficos.

Reconhecendo o direito soberano de toda nação a ter acesso à tecnologia nuclear para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social de seus habitantes, os dois países criaram o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de materiais Nucleares – SCCC. Este Acordo estabelece, de forma clara e definitiva, o compromisso no uso de todos os materiais e instalações nucleares sob sua jurisdição ou controle, exclusivamente para usos pacíficos.

Hoje, ele representa um modelo paradigmático do longo processo da integração econômica, política, tecnológica e cultural entre os dois países. Foi neste contexto que foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC, para gerenciar e aplicar o SCCC.

No dia 13 de dezembro próximo, estaremos completando 18 anos de atividades dentro do marco do Acordo entre o Brasil, Argentina, a ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, para a aplicação de salvaguardas. Neste Acordo Quadripartite, os dois países se comprometem a aceitar a aplicação de salvaguardas a todos os materiais nucleares utilizados nas atividades nucleares desenvolvidas em seus territórios,

sob sua jurisdição e controle, com um único objetivo: assegurar que este material não foi desviado para uso em armas nucleares ou outros dispositivos nucleares.

O trabalho conjunto entre a ABACC e a AIEA criou uma atmosfera de confiança mútua, que gerou os excelentes resultados obtidos nesses 18 anos. Durante este período, mais de 1.200 inspeções foram realizadas nos dois países. No ano passado, foram realizadas 58 inspeções nas instalações argentinas e 60 nas instalações brasileiras, envolvendo 854 inspetores-dia.

O sistema estabelecido pela Argentina e o Brasil não é só sui-generis; ele apresenta vantagens óbvias ao se comparar com os acordos de salvaguardas em geral. O Acordo Quadripartite vai além de um regime de salvaguardas que interliga um estado-parte e a AIEA. Ele inclui dois estados-parte vizinhos e uma agência criada por esses dois países, a ABACC, e uma Agência Internacional. Ele forma, então, um regime de salvaguardas muito mais completo.

Senhor Presidente,

O estágio atual da civilização, com a demanda sempre crescente de energia, não nos permite adotar uma posição ingênua. Não podemos aceitar que uma enorme parte da população mundial seja cerceada do desenvolvimento e dos benefícios que ele traz. Agora, que a humanidade está começando a perceber que seu impacto no meio ambiente pode trazer sua própria destruição, a energia nuclear poderá ter um papel decisivo no atendimento de demandas energéticas. Atualmente, várias nações estão mudando de opinião sobre os reatores nucleares e passando a considerá-los como fontes confiáveis de energia, que não emitem gases para o efeito estufa. Isto nos leva a um aumento de todas as atividades relacionadas à cadeia da produção nuclear.

Por outro lado, a instabilidade política e a complexidade das relações entre as nações e comunidades, associadas à simplicidade das comunicações no mundo globalizado, cria um ambiente de preocupação com respeito às possibilidades de desvio de material nuclear para propósitos beligerantes.

Este contexto traz uma grande responsabilidade aos setores da sociedade que têm acesso ao conhecimento científico e tecnológico responsáveis pela geração da energia nuclear tanto economicamente viável como intrinsecamente segura.

A história tem demonstrado que, sem dúvida, o melhor caminho para garantir os usos pacíficos da energia nuclear é promovendo o entendimento e a cooperação entre as nações. A cooperação e o entendimento mútuo tem sido a base para o trabalho conjunto entre a AIEA e a ABACC na aplicação das salvaguardas, conforme estabelecido no Acordo Quadripartite.

Argentina e Brasil já tiveram a decisão explícita de reativar seus programas nucleares. Neste contexto, a ABACC tem um papel ainda mais importante, pois envolve um aumento nas atividades de inspeção, contabilidade e controle nos próximos anos.

A busca pela excelência tem sido uma preocupação constante na história da ABACC que, por conseqüência, vem desenvolvendo uma política institucional fortemente voltada para a qualificação de seu quadro de pessoal e equipe de inspetores. A cooperação da AIEA, do Departamento de Energia dos Estados Unidos e da EURATOM tem sido fundamental nesta atividade. Estes esforços estão focados para as áreas de análises não destrutivas, contenção e vigilância, cursos de treinamento e enfoque de salvaguardas.

Os bons resultados obtidos nas atividades e procedimentos conjuntos de salvaguardas, relacionados às inspeções não anunciadas e no uso conjunto dos equipamentos de salvaguardas, refletem o alto nível de entendimento e cooperação alcançados pelas duas agências.

As autoridades argentinas e brasileiras têm enfatizado repetidas vezes a relevância da cooperação entre a ABACC e a AIEA. As duas organizações têm sido convocadas a coordenar suas tarefas com um único objetivo: o gerenciamento eficiente dos custos das atividades de salvaguardas para evitar a desnecessária duplicação de esforços.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

A apreensão devido à expansão do uso dos reatores nucleares para atender a crescente demanda de energia, causada pela possibilidade de desastres ambientais devido ao

aquecimento global, e pelas mudanças na percepção do público em relação às instalações nucleares, bem como as possibilidades dos usos pacíficos em todas as áreas, da industrial à agrícola e saúde, apresenta grandes desafios à AIEA.

Uma forma de encarar estes desafios futuros é a criação, sem demora, de sistemas regionais, confiáveis e independentes, que possam trabalhar de forma coordenada com a AIEA, otimizando os recursos disponíveis. Nesse aspecto, o sucesso obtido pela ABACC nesses 18 anos de experiência como agência binacional, aplicando salvaguardas, pode servir como um guia. É fato que as características geopolíticas regionais e as diferenças culturais não permitem uma transposição direta dos modelos; no entanto, a idéia central de desenvolver agências regionais, fazendo uso do conceito “neighbors-watching-neighbors” é uma possibilidade que vale a pena se tentar.

Oferecer incentivos de cooperação entre sistemas regionais e a AIEA tem sido motivo de preocupação no Board of Governors, que, no artigo 7 do INFCIRC/153, destaca o papel das agências regionais e estabelece que a AIEA deve considerar a eficiência técnica dessas agências. Além disso, o aumento da cooperação entre os sistemas nacional e regional foi uma das ações identificadas para a melhoria da efetividade e eficiência das salvaguardas, conforme mencionada na Parte I do chamado “Programa 93+2”, aprovado em 1995.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores,

Apesar do principal trabalho da ABACC estar concentrado somente em um dos pilares do TNP, acreditamos firmemente que o sucesso deste Tratado está diretamente ligado com o fortalecimento dos três pilares. Acreditamos também que esta conferência é um passo importante nesta direção. Assim, queremos congratular todas as delegações dos estados-membros aqui reunidas, no melhor dos esforços, para proporcionar um mundo melhor para toda a humanidade.

Finalmente, Sr. Presidente, aceite nossos votos de uma conferência cheia de bons resultados e nosso apreço por nos dar a oportunidade de apresentar este discurso.

Obrigado.